

POLÍTICA DE SUPRIMENTOS

Instituto Asas

1. OBJETIVO

A Política de Suprimentos do Instituto Asas tem como objetivo estabelecer instruções claras para a aquisição de bens e serviços, assegurando eficiência, transparência, conformidade com a legislação vigente e alinhamento às melhores práticas de gestão. Esta política busca garantir que todas as aquisições sejam realizadas de forma ética e responsável, atendendo às necessidades operacionais e estratégicas da organização.

2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Esta política aplica-se a todos os processos de aquisição conduzidos pelo Instituto Asas, incluindo compras de bens e serviços destinados à gestão de hospitais públicos e demais operações relacionadas à sua atuação. É obrigatória para colaboradores, fornecedores, parceiros e demais envolvidos nos processos de suprimentos.

3. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Os processos de suprimentos do Instituto Asas são guiados pelos seguintes princípios:

- **Transparência:** Garantir que todas as aquisições sejam realizadas com clareza e acessibilidade de informações para todas as partes interessadas.
- **Legalidade:** Cumprir integralmente as exigências da Lei nº 14.133/2021 e outras normativas aplicáveis às compras públicas.
- **Eficiência:** Priorizar soluções que assegurem o melhor custo-benefício e a tempestividade nas aquisições.
- **Ética e Impessoalidade:** Realizar processos de compra com imparcialidade, evitando conflitos de interesse e assegurando a igualdade de oportunidades entre os fornecedores.
- **Sustentabilidade:** Promover práticas de aquisição que valorizem fornecedores homologados e garantam o uso eficiente dos recursos públicos.

4. DIRETRIZES ESPECÍFICAS

4.1. Processo de Aquisição

- As aquisições podem ser realizadas por meio de:
 - **Contratos Diretos com Fornecedores Homologados:** Prioridade para fornecedores previamente aprovados, garantindo qualidade e conformidade;
 - **Processos Emergenciais:** Procedimentos simplificados em situações excepcionais, desde que devidamente justificados e documentados;
 - **Pregões Eletrônicos ou Presenciais:** Quando aplicável, em conformidade com as normas de licitação.

4.2. Requisitos de Licitação e Certificação de Fornecedores

- O Instituto Asas adota como princípio o cumprimento integral da Lei nº 14.133/2021, assegurando que todas as contratações estejam alinhadas às exigências legais.
- Fornecedores contratados devem possuir certificações exigidas para o fornecimento

de bens ou serviços específicos, garantindo a qualidade e a regularidade das operações.

4.3. Fluxo de Aprovação para Compras

- O fluxo de aprovação segue critérios estabelecidos para garantir eficiência e controle nos processos de aquisição. Dependendo da complexidade e do valor das compras, as decisões são tomadas por:

- **Direção Geral:** Para aquisições emergenciais ou de alta relevância estratégica;
 - **Comitê de Compras:** Para compras ordinárias ou que envolvam múltiplas áreas;
 - **Supervisores ou Responsáveis por Área:** Para compras operacionais de menor complexidade.
- Em casos que demandem múltiplos níveis de aprovação, todas as decisões são documentadas e justificadas.

5. RESULTADOS ESPERADOS

Com a aplicação desta política, o Instituto Asas espera alcançar:

- Maior eficiência e controle nos processos de aquisição;
- Cumprimento rigoroso das normas legais aplicáveis;
- Transparência e ética em todas as etapas dos processos de suprimentos;
- Garantia de qualidade e confiabilidade nos bens e serviços adquiridos;
- Fortalecimento das relações com fornecedores homologados, promovendo a confiança mútua.

6. PENALIDADES E SANÇÕES

O descumprimento das instruções desta política será tratado com rigor, podendo resultar em sanções administrativas, rescisão contratual ou aplicação de penalidades previstas na legislação vigente. Colaboradores ou fornecedores envolvidos em práticas inadequadas estarão sujeitos a responsabilizações legais e disciplinares.

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta Política de Suprimentos está em vigor desde a data de sua aprovação, permanecendo válida até posterior revisão ou atualização. Vide tabela no início deste documento. Compete à alta administração assegurar sua divulgação, aplicação e monitoramento contínuo.